

A · R · T · I · G · O · S

Macau no contexto da estratégia de integração da República Popular da China no mercado mundial*

Mário Murteira **

A República Popular da China segue presentemente uma estratégia de integração no mercado mundial.

Nessa estratégia, Hong Kong e Taiwan desempenham um papel muito influente.

O presente artigo especula sobre possíveis futuros de Macau neste contexto.

Uma análise preliminar

Desde 1978, quando foi iniciada a «Política da Porta Aberta», a República Popular da China tem vindo a procurar uma via específica de integração parcial no Mercado Mundial de acordo com os princípios da doutrina «Um País, dois Sistemas». Esta nova doutrina sucede-se a um período na direcção oposta, isto é, um período de deliberado autocentramento, em que a economia mundial capitalista era considerada como um adversário, e não como possível aliado (embora não inteiramente digno de confiança) no caminho do desenvolvimento económico e social.

É difícil exagerar a importância – e não apenas para a RPC, mas para todo o sistema mundial dum tal específico e colossal processo. Como correctamente escreveu um autor, «An experiment on a gargantuan scale affecting a quarter of mankind is in the making» (Yeung and Hu, 1992, p. 1).

Uma das consequências dessa doutrina foi a criação de Zonas Económicas Especiais (ZES) incluindo um número crescente de cidades costeiras, onde condições especiais e mais favoráveis ao investimento estrangeiro deverão induzir um processo de absorção de novos conhecimentos e tecnologias pelo sistema económico da China.

Por outro lado, estão a ser envidados esforços consideráveis para atrair a este processo chineses do exterior e, também, para abranger neste vasto movimento, Macau, Hong Kong e Taiwan, tudo no sentido duma inserção global no Mercado Mundial.

O propósito desta comunicação é introduzir algumas reflexões acerca do possível papel específico de Macau neste processo. O autor está presentemente a iniciar um projecto de investigação sobre estes temas em colaboração com professores das Universidades de Macau e Zongshan (Guangzhou) e com apoio financeiro da Fundação Oriente. Contudo, as notas seguintes têm carácter exploratório e, obviamente, apenas representam um ponto de vista pessoal.

* Professor catedrático do ISCTE

** Comunicação apresentada ao Simpósio Internacional ENCONTRO POVOS E CULTURAS: Macau e a diversidade étnica na Ásia (Macau, Novembro de 1993).

QUADRO I

	Valor da produção (Biliões Yuan*)		Valor das exportações (1000 dólares)		Investimento Directo Externo (1000 dólares)	
	1985	1988	1985	1988	1985	1988
Shenzhen	2 704	8 881	4 264 740	11 914 100	329 250	444 290
Zhuhai	594	2 445	323 800	1 013 870	91 040	217 620
Guangzhou	16 143	24 579	1 781 160	4 021 560	155 310	255 190

* Valores constantes de 1980

NB. Os valores referem-se à «cidade» (shi) em sentido amplo, que inclui uma zona urbana e pode também incluir áreas rurais

Fonte: Yung and Hu, Op. Cit., p. 312

As ZES vizinhas de Macau e Hong Kong, respectivamente Zhuhai e Shenzhen, tal como a cidade de Guangzhou, tiveram um notável período de crescimento económico nos últimos anos, como se observa no Quadro I.

A posição estratégica destas cidades e territórios na região do Delta do Rio das Pérolas pode também ser observada nas figuras I e II, extraídas da obra citada de Yeung e Hu.

Esta região particular tem sido, e provavelmente continuará a sê-lo no futuro, um «locus» fundamental na operação da política da «Porta Aberta» (Sung, 1991). Talvez apenas Shanghai e a ZES de Pudong poderão rivalizar no futuro com esta tradicional e poderosa zona, ligando a RPC ao mundo exterior (Yeung e Hu).

É também necessário mencionar, a este propósito, os esforços feitos pelas autoridades chinesas para atrair investidores chineses de Taiwan para a ilha de Hainan.

Diz-se que uma «segunda Taiwan» poderá estar a ser criada em Hainan. Quando consideramos Macau neste contexto, é flagrante a reduzida dimensão económica do território, em comparação com os pólos relevantes da região, as mencionadas ZES e os dois celebra-

dos dragões asiáticos Hong Kong e Taiwan. Em termos estritamente económicos, Macau não é, nem poderá ser no futuro, um influente e auto-sustentado pólo de desenvolvimento na região do Delta do Rio das Pérolas (ver Quadro II).

Mas reconhecer tal evidência não significa considerar Macau irrelevante, quer em termos estritamente económicos quer noutras perspectivas igualmente dignas de atenção, por exemplo, no domínio da convivência intercultural.

Por outro lado, uma das mais sugestivas impressões que se recolhem da observação da grande experiência chinesa da «Porta Aberta» é de grande pragmatismo, com a consequente aceitação da diversidade de soluções para enfrentar a diversidade de situações concretas. Aparentemente, ao menos, não existe a intenção de aplicar rígidos modelos «a priori». Pelo contrário, podemos encontrar uma diversidade de respostas para problemas práticos, quando consideramos o desenvolvimento das ZES no tempo e no espaço, desde o início da experiência, há cerca de quinze anos.

Quando pensamos que em Macau, depois de 1999, será possível um período de transição de cinquenta anos, e que durante esse período, será respeitada uma larga autonomia de Macau pelas autoridades

QUADRO II

	Valor (1000 dólares)	Em % das exportações mundiais	Em % das exportações do países em desenvolvimento
Hong Kong	28 306 326	0,98	4,97
Macau	1 573 408	0,05	0,28

Fonte: UNCTAD, Handbook on Trade and Development Statistics, 1991

chinesas, parece legítimo interrogar que especificidade ou «raison d'être» irão emergir, ou poderão emergir, em Macau, como fruto dessa autonomia, passada e futura. Especulando sobre esta perspectiva de longo prazo, iremos esboçar e discutir sumariamente três cenários qualitativos e alternativos para o futuro de Macau:

- a) A hipótese «Montecarlo»
- b) A hipótese «Ponte Económica»
- c) A hipótese «Pólo Cultural»

Claro que estas «hipóteses» podem ser combinadas de múltiplas formas, uma das quais será por nós referida no termo desta comunicação. Trata-se apenas de fornecer um quadro de reflexão que eventualmente possa servir de ponto de partida para análises mais aprofundadas.

Por outro lado, em rigor, haveria que ter também em conta um quarto cenário, a que poderíamos chamar «completo malogro». Na nossa perspectiva, isso significaria a diluição na poderosa envolvente chinesa de todo o potencial de diversidade e especificidade económica e cultural que actualmente podemos encontrar e perspectivar em Macau. Não vamos referir expressamente este cenário que no nosso quadro de reflexão significa afinal o «pior dos mundos possíveis». Ele está todavia subjacente à nossa análise, ao menos por implícito contraste.

O «cenário Montecarlo» significa a perpetuação de Macau como centro de prazer baseado em actividades «não produtivas» tais como jogo e sexo pago. Não é este o sítio apropriado para um juízo moral sobre tais actividades, tão procuradas e prósperas em muitas partes do Globo e seguramente muito lucrativas nesta região da China do Sul. Esta é, certamente, uma forte possibilidade para o futuro de Macau, mesmo que alguns de nós não gostem do cenário (como da correspondente dimensão da natureza humana).

O ponto relevante, todavia, relativo a este cenário, é discutir as desvantagens e vantagens - do ponto de vista dos interesses globais de Macau e também dos mais dedicados a tais actividades do domínio, ou da «excessiva» especialização num lado sombrio do mundo dos negócios. Parece sensato admitir que esse cenário poderá ser uma forte possibilidade para o futuro, mas não é provavelmente a hipótese mais interessante, mesmo para

aqueles interesses mais ligados às actividades predominantes no cenário em consideração.

O segundo cenário, «a Ponte Económica», necessita de maior explicação.

Em termos gerais, a questão em causa é a possibilidade dum papel relevante de Macau como um canal de informação e ponto de apoio entre países da UE (União Europeia) e o Sul da China, particularmente a região do Delta do Rio das Pérolas. Questão relacionada com esta - mas obviamente distinta - é a possibilidade dum papel relevante desta natureza, mas especificamente para empresas e empresários portugueses.

A primeira questão teria possivelmente resposta mais fácil se a segunda tivesse claramente sentido positivo. Mas talvez não tenha.

De facto, apesar do insistente apelo do Governo português, as empresas nacionais, na grande maioria dos casos, ainda não atingiram a fase de desenvolvimento em que o investimento no exterior se torna uma consequência normal do processo de internacionalização e globalização.

Tanto quanto sabemos, existem presentemente poucos casos de empresas portuguesas bem sucedidas com investimentos nesta dinâmica zona da economia mundial. Os casos conhecidos de empresas como a EFACEC e HOVIONE são excepcionais.

Será possível mudar esta situação até, digamos, 1999, admitindo que o chamado «business environment» em Macau e Zhuhai evolui numa direcção favorável e que medidas igualmente adequadas são postas em prática pelas autoridades portuguesas em matéria de Política Económica?

Por enquanto, as empresas portuguesas investem nalguns países europeus - designadamente em Espanha - e também na África de expressão oficial portuguesa, mas apenas uma pequena parte do seu investimento total.

Segundo o último Relatório do Banco de Portugal (1993) o Investimento Directo Externo português no estrangeiro atingiu em 1992 cerca de 700 milhões de dólares, mais de metade efectuado em Espanha e menos de 1% em Macau. Esta percentagem, todavia, havia atingido 9,1% em 91 e 13,7%

em 89. Tratando-se de valores relativamente diminutos, em valor absoluto, há grandes variações relativas de ano para ano. Especulando um pouco sobre o futuro, poderemos admitir que, acentuando-se inexoravelmente o processo de internacionalização da economia portuguesa, a região da Ásia/Pacífico, e em particular a região do Delta do Rio das Pérolas, assumirão um significado mais relevante nas estratégias de empresas portuguesas.

E isso poderá talvez, ser mais significativo se a integração económica ibérica se aprofundar num futuro próximo, como parece também inevitável. Na realidade, o cenário que estamos analisando, mesmo numa forma muito preliminar, aponta para um campo mais vasto de possível cooperação entre empresas ibéricas – talvez, melhor, empresas da Europa do Sul – e empresas chinesas numa perspectiva de longo prazo.

Mas, quais poderiam ser dum ponto de vista chinês, digamos, as vantagens competitivas de empresas portuguesas no âmbito do cenário «Ponte Económica»?

De acordo com a filosofia da «Porta Aberta», o critério decisivo parece residir no potencial de transferência de novos conhecimentos e tecnologias das empresas portuguesas. Talvez não seja «whisful thinking» admitir que tal potencial existe, e poderá aumentar no futuro. De facto, é possível que num número significativo de casos a transferência não seja necessariamente a tecnologia mais avançada mas tão-somente algum nível intermédio e apropriado numa cadeia progressiva e conjunta de aprendizagem.

De acordo com este cenário, Macau seria um centro de actividades terciárias, exercendo funções de suporte financeiro, consultoria e assistência técnica às empresas, apoiando negócios transnacionais.

Mas qual poderia ser a «diferencia específica» de Macau neste contexto, designadamente em relação ao seu poderoso vizinho, Hong Kong?

Como se sabe, haverá um «lag» de dois anos, precisamente 1997-99, entre a integração formal de Hong Kong e Macau na República Popular da China. Muitas coisas podem acontecer antes e durante esse período, na surpreendente e perturbada transição da ordem mundial em que nos

encontramos no crepúsculo do Séc. XX e quando procuramos adivinhar os alvares do XXI.

Do lado de Macau, como toda a gente que vive no território pode observar diariamente, desenvolvem-se rapidamente as infra-estruturas e um novo porto e um novo (e primeiro) aeroporto depressa modificarão drasticamente a acessibilidade de Macau ao mundo exterior.

Talvez que a única coisa a reconhecer neste contexto é que o futuro é altamente incerto, para o melhor ou para o pior. Isto significa que, provavelmente, os anos que faltam para o fim do século serão tão determinantes para o futuro de Macau como muitas décadas do passado.

Mas obviamente que isto não significa afirmar que o melhor dos mundos possíveis poderá emergir do curso «natural» ou espontâneo dos acontecimentos. Alguma dose de voluntarismo será necessária e também, entre outras coisas, uma ideia precisa acerca do modelo desejável para o futuro. O que nos conduz à discussão do cenário «Pólo Cultural».

A ideia de considerar o pólo cultural como modelo para o futuro desenvolvimento de Macau é tão sugestiva como difícil de assumir praticamente como orientação para a estratégia de desenvolvimento do território.

Estamos, claro, procurando certa estratégia global dando prioridade a «critérios e factores de ordem cultural». Mas, em termos práticos, o que é que uma tal expressão poderá exactamente significar?

Entendamos o termo «cultura» num sentido amplo e admitamos, também, que a influência cultural portuguesa em Macau não é a única, nem mesmo o factor cultural específico mais relevante, a salvaguardar numa estratégia de longo prazo. Como toda a gente sabe, Macau é a China e não a Europa e a língua e cultura portuguesas têm significado e influência muito limitados junto das cerca de quatrocentas mil pessoas que vivem no território.

Seja-nos permitida uma comparação simplista e ingénua com países africanos como Cabo Verde, Angola ou mesmo Moçambique. A língua oficial destes países é o português ainda que a grande maioria da população não fale essa língua.

Qualquer português – como o autor destas linhas – visitando esses países, pela primeira vez, depois das independências, encontra raízes familiares no contacto directo e vivido com esses povos e abundantes sinais ambientais da presença portuguesa.

Por outro lado, reconheçamo-lo honestamente, as culturas africanas foram largamente dominadas, mesmo destruídas, pelos países imperialistas europeus. Tanto cultural como economicamente, a África é largamente dominada pelo Ocidente e esta situação não parece susceptível de mudar num futuro próximo, ao contrário de muitas expectativas características do momento da independência formal.

E muito óbvio que o contexto cultural, político e económico das relações Europa/Ásia ou Ocidente/Ásia-Pacífico, é completamente diferente (Ishihara 1991, Wallerstein 1992).

Além do mais, existe um oceano de mútua indiferença, ignorância, mesmo suspeição, quando consideramos o contacto cultural entre europeus e chineses, designadamente. Não falamos, naturalmente, de contactos entre intelectuais ou artistas, mas entre pessoas comuns.

Por todo o lado, encontramos profetas anunciando que o Séc. XXI será o «século da Ásia» ou da «Ásia-Pacífico». Isto significa, entre outras coisas, que o Progresso – e significativamente os Ocidentais estão cada vez mais cépticos acerca disso! – já não é monopólio do Ocidente.

Não vamos desenvolver aqui um complexo e controverso debate acerca de contactos culturais e mútuos esforços de domínio e/ou libertação. Assumimos simplesmente que o cenário «Pólo Cultural» necessita de algum novo projecto cultural. Parece que esse projecto deveria visar algum futuro ainda distante, em lugar de ser um algo desesperado esforço para salvar algo do passado, talvez ainda mais distante do presente de que algum sonho ambicioso sobre o futuro.

Em termos práticos, isto significa provavelmente que o cenário «Pólo Cultural» só fará sentido como combinação equilibrada e imaginativa dos três cenários «puros» que temos referido.

Combinar os cenários Montecarlo, Ponte Económica e Pólo Cultural, mesmo assumindo o domínio formal do terceiro, pode surgir como despuddorada maneira de impor grosseiros «valores» e mecanismos mercantis ao futuro desenvolvimento global de Macau. Na nossa opinião, não é necessariamente assim. De facto, a questão essencial a resolver reside na combinação adequada de diferentes vectores no âmbito duma estratégia «mista», criando simultaneamente as condições para salvaguarda duma hierarquia entre eles e também certas fronteiras precisas na sua dimensão relativa. Claro que fácil é só dizê-lo. A linha estratégica-chave para o desenvolvimento duma tal estratégia poderia ser simplesmente formulada da seguinte maneira:

Macau será um ponto específico no Delta do Rio das Pérolas, cuja especificidade reside numa certa associação entre uma dimensão transcultural e uma dimensão económica transnacional. Um subproduto de tal estratégia deveria ser lazeres organizados como suporte de importantes fluxos turísticos oriundos tanto do Ocidente como do Oriente.

É claro que essa estratégia, para ser mais do que um exercício de «whisful thinking» necessitaria do apoio convicto dum conjunto significativo de actores públicos e privados. Isto não parece impossível numa avaliação «a priori», mas é honesto reconhecer que seria necessário encontrar um sólido suporte de interesses económicos comuns.

Deve salientar-se que têm sido pensadas, e mesmo implementadas, medidas pelas presentes autoridades do território que têm algo a ver com a estratégia grosseiramente esboçada nesta comunicação. Por nossa parte, estamos mais interessados em discutir alternativas genéricas do que entrar em detalhes deslocados neste colóquio, e que de qualquer forma exigiriam competências específicas que não possuímos.

Admitimos a hipótese de que actividades económicas transnacionais e actividades culturais também, de algum modo, extranacionais, poderiam ser complementares em lugar de antagónicas. Isto significa, entre outras coisas, a possibilidade de interesses económicos privados e interesses públicos juntarem esforços para apoio de actividades tais como instituições de pesquisa científica

e tecnológica ou de ensino superior, e também coisas como concertos, exposições, festivais, muitas formas de projectos culturais.

É provavelmente utópico pensar que um dia, no futuro, Macau possa ser um centro artístico e científico de renome mundial e também um ponto de apoio para relações empresariais entre o Sul da China e países da União Europeia.

Mas, como sabemos todos, as utopias são necessárias para que a realidade se distancie menos dos nossos sonhos.

Bibliografia

R. D. Cremer (Ed.)

«Macau, city of commerce and culture»

Api Press, Hong Kong, 1991

Robert Elegant

«Pacific Destiny, The rise of the East»

Headline, London, 1991

Shintaro Ishiara

«The Japan that can say no»

Simon and Schuster, New York, 1991

Yeu-man Yeung and Xu-Wei Hu

«China coastal cities, Catalysts for Modernization»

Hawaii Press, Honolulu, 1992

Yun-Wing Sung

«The China-Hong Kong Connection, The Key to China's open door policy»

Cambridge University Press, New York, 1991

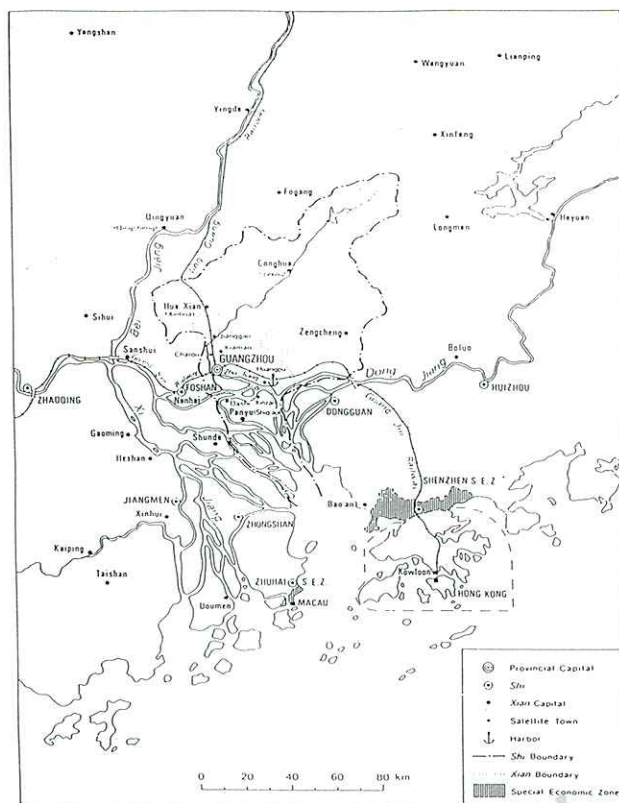
Harrison E. Salisbury

«The new emperors-Mao & Deng, a dual biography»

Harper Collins, London 1992

Immanuel Wallerstein «Peace, stability and legitimacy, 1990-2025/2050» Paper prepared for Nobel Symposium, «The fall of great powers: peace, stability and legitimacy», July 31-August 4, 1993

Guangzhou and the Pearl River Delta



Spread Effects of China's Coastal Cities

